

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

BRUNO MARQUES FELETTI

A PSICOMOTRICIDADE COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO DE
CRIANÇAS COM E SEM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

VITÓRIA-ES

2019

BRUNO MARQUES FELETTI

**A PSICOMOTRICIDADE COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO DE
CRIANÇAS COM E SEM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Relatório final, apresentado a universidade
Federal do Espírito Santo, como parte de
Exigências para obtenção do título de
Licenciado.

Orientador: Dr^o. Marcelo Pereira Nunes

VITÓRIA-ES

2019

A PSICOMOTRICIDADE COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM E SEM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Bruno Marques Feletti*

RESUMO

A presente trabalho propõe como escopo identificar no ensino infantil a cooperação da psicomotricidade no desenvolvimento de crianças autistas, inseridas nas aulas de educação física. A psicomotricidade apresenta por intuito a expansão do corpo e da mente dessas crianças, consistindo-se nestas algumas das maiores dificuldades manifestadas pelas crianças com autismo. Na contemporaneidade a educação física vem abarcando essa questão de uma forma diferenciada, contudo alguns docentes ainda não se interessam em lidar com a psicomotricidade em seus educandos. O autismo, enquanto um distúrbio, pode compreender deficiência cognitiva, dificuldades de sociabilização e motora, hiperatividade e déficit de atenção, entre outros. É importante ressaltar que através da psicomotricidade, a Educação Física apresenta diferentes possibilidades para expandir e fazer avançar as vivências dessas crianças, possibilitando a aprendizagem por meio de práticas corporais, vivências sociais, emocionais, lúdicas e significantes. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, na qual além dos artigos, monografias e livros, inclui-se ainda o aproveitamento das bases de dados e tendo como descritores psicomotricidade, educação infantil e autismo. Com o alto índice de casos de autismo, a psicomotricidade mostrou-se capaz de oferecer melhorias na socialização, tempo, oralidade, procedimentos, coordenação motora, consciência corporal e lateralidade, entre outros, esses subsídios são fundamentais para que possamos alcançar o pleno desenvolvimento do indivíduo Transtorno do Espectro Autista.

Palavras chave: Psicomotricidade; Educação Infantil; Autismo.

ABSTRACT

This exploration proposes as a scope to identify in elementary school the cooperation of psychomotricity in the development of autistic children, inserted in physical education classes. Psychomotricity aims to expand the body and mind of these children, consisting of some of the greatest difficulties manifested by children with autism. Nowadays physical education has been addressing this issue in a different way, but some teachers are still not interested in dealing with psychomotor skills in their students. Autism, as a disorder, can include cognitive impairment, social and motor difficulties, gastrointestinal dysfunction, hyperactivity and attention deficit, among others. It is important to emphasize that through psychomotricity, Physical Education presents different possibilities to

*Graduando em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo(UFES).

expand and advance the experiences of these children, enabling learning through body practices, social, emotional, playful and significant experiences. The methodology used was the bibliographic research, which in addition to articles, monographs and books, also includes the use of databases Scielo, Sophia Portal, Pearson Virtual Library and having as descriptors psychomotor, early childhood education and autism. With the high rate of autism cases, psychomotricity was able to offer additions in socialization, timing, orality, procedures, motor coordination, body awareness and laterality, among others, these subsidies are fundamental for us to achieve the full development of the individual Autistic Spectrum Disorder.

Keywords: Psychomotricity. Kindergarten. Autism.

1 INTRODUÇÃO

Conforme realçado em seu Artigo 1º, a Lei brasileira de inclusão, nº 13.146 (BRASIL, 2015), se destina a assegurar, promover e fomentar, em condições igualitárias, o exercício global das liberdades e direitos fundamentais das pessoas com deficiências, tendo em vista à sua inclusão e promoção social, assim como a sua plena cidadania. Desse modo, nos cabe compreender que cada escola, cada sala de aula e por conseguinte, cada agente da educação, deveriam estar aptos, capacitados e adequados a oferecer atendimento, de modo a fazer cumprir a lei, e contemplar a esse educando, promovendo atividades que fundamentalmente abranjam escopos reais e efetivos, estimulando e incentivando em cada um desses alunos, que estes desenvolvam e/ou, aprimorem suas habilidades cognitivas, motoras, sensoriais, psicomotoras, afetivas e sociais.

Nesse sentido, para Barros e Barros (2005) a psicomotricidade se apresenta como uma iniciativa educacional eficaz no que tange a linguagem, comunicação, e movimentos naturais e conscientes do ser humano, auxiliando e aperfeiçoando de modo positivo o desenvolvimento e o comportamento global de crianças, inclusive àquelas com necessidades especiais, entre as quais o autismo.

Segundo a Sociedade Brasileira de Psicomotricidade (2001), o ser humano obtém e apresenta seu desenvolvimento de forma integral, logo seu processo de aprendizagem demanda determinados saberes para sua estruturação. E com a cooperação da psicomotricidade nas relações com seu universo interno e externo, se torna possível a análise do conhecimento de seus movimentos corporais, proporcionando a estes a capacidade de mentalmente definir e coordenar os movimentos do corpo.

De acordo com Leo Kanner citado por Gauderer (1985), o autismo trata-se de um distúrbio de desenvolvimento capaz de causar dificuldade de relacionar-se com os outros, atraso e incorreções no emprego de linguagem, obcecação em conservar o ambiente sem modificações e procedimentos com repetições.

Nessa perspectiva, a psicomotricidade apresenta por propósito o desenvolvimento do corpo e da mente na infância, consistindo nestes algumas das dificuldades manifestadas pelas crianças com autismo, sobretudo no que concerne à sua integração, sociabilização e manutenção no espaço educacional.

Dessa forma, esse estudo busca compreender a importância da psicomotricidade para o desenvolvimento de crianças com e sem autismo na educação infantil, a prática das atividades físicas, possa se mostrar profícua, no desenvolvimento e aprimoramento da Psicomotricidade das crianças, sobretudo àquelas acometidas pelo autismo, e a importância dessa para as mesmas.

A metodologia empregada para esse estudo, se consistirá de uma pesquisa qualitativa, de cunho descritiva-exploratória com abordagem teórica, valendo-se dos seguintes termos de busca: educação física, inclusão, psicomotricidade e autismo, em sites, livros, artigos, monografias e demais publicações acadêmicas, acerca da temática abordada, nas bases de dados.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

A expressão educação física, remete a um termo surgido a vários séculos, e que se demonstra intensamente associada com os processos educacionais, de tal maneira que conforma o mental, o físico e o espiritual.

Segundo Betti e Zuliani (2002, p. 73):

Educação física é uma expressão que surge no século XVIII, em obras de filósofos preocupados com a educação. A formação da criança e do jovem passa a ser concebida como uma educação integral – corpo mente e espírito-como desenvolvimento pleno da personalidade.

No entanto na década de 1920, a educação brasileira estabelecia a educação física como prática complementar e disjunta na qual apresentaria por propósito a proficiência militar e de atletas de alto nível.

Neste contexto, é compreensível que a tradição educacional brasileira tenha situado, desde a década de 1920, a Educação física como uma atividade complementar e relativamente isolada nos currículos escolares, com objetivos nos mais das vezes determinados de fora para dentro: treinamento pré-militar, eugenia, nacionalismo, preparação de atletas, etc... (BETTI; ZULIANI, 2002, p. 74).

Em conformidade com Freire (1994), citado por Nascimento (2007, p.14), a Educação Física precisa atuar como correlata, convergente e análoga as demais disciplinas da escola e não apartada delas.

De acordo com o CONFEF (Conselho Nacional de Educação Física), citado por Rodrigues (2017), a Educação Física é o elemento curricular que usa como

temática, as práticas corporais em suas diferentes configurações de codificação e acepção social, compreendidas como manifestações das capacidades expressivas e significativas dos indivíduos e riqueza da cultura do movimento.

Frente a esses aspectos a educação física dentro da escola, deve situar-se enquanto disciplina que concebe cidadãos por meio de uma cultura de movimento que se mostre capaz de se complementar em suas diferentes práticas corporais, entre as quais: as danças, as brincadeiras, os esportes e os jogos, entre outras, e sobretudo no desenvolvimento integral e na qualidade de vida de seus alunos.

A educação física enquanto componente curricular de educação básica deve assumir outra tarefa: introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando cidadão que vai produzi-la, instrumentalizando – o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e das práticas de aptidão física, em benefício da qualidade de vida. (BETTI; ZULIANI, 2002, p. 75).

Nesse contexto, nos cabe compreender, que segundo relatam os autores supracitados, “é tarefa da educação física preparar o aluno para ser um praticante lúdico e ativo, que incorpore o esporte e os demais componentes da cultura corporal em sua vida, para deles tirar o melhor proveito possível”.

Em face destes fatores atentamos para a relevância da educação física na escola, considerando sua contribuição para o desenvolvimento integral do educando, seja no aspecto físico, assim como no mental, no social e até mesmo no espiritual, cultivando e desenvolvendo cidadãos capacitados e aptos ao convívio em sociedade.

2.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL

Em seu Art. 6º, a Constituição Federal (1988), estabelece a Educação como um dos Direitos Sociais do indivíduo, entre os quais, ainda fazem parte: a proteção à infância e à maternidade, a saúde, o lazer, o trabalho, a segurança, a assistência aos desamparados e a previdência social.

Nesses termos, a mesma propõe em seu artigo 205: " A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"

Desse modo, a Educação consiste-se em direito público subjetivo, isso posto significa compreender que a acessibilidade ao ensino é gratuita e obrigatória, em outras palavras, o seu não oferecimento pelo Poder Público federal, estadual e/ou municipal, ou irregularidades em seu ofertamento, implica responsabilidade do poder competente. Cabendo ao Poder Público o recenseamento dos estudantes no ensino fundamental, prestar-lhes a chamada e tutelar, concomitantemente aos pais ou responsáveis, por sua frequência à escola. No que diz respeito a competência, os Municípios operarão de maneira prioritária na educação infantil, creches e no ensino fundamental. Competindo aos Estados e ao Distrito Federal atuar no ensino fundamental e médio.

2.2.1 A educação infantil e suas contribuições para o desenvolvimento da criança

Segundo Áries (1981) assim como o desenvolvimento infantil começou a ser objeto de pesquisas de renomados estudiosos, que distinguiram a substancial relevância dos estímulos para o desenvolvimento da criança, a apenas pouco tempo atrás, por cerca de 1920, essa criança efetivamente passou a possuir deferência significativa para a sociedade em linhas gerais.

Ainda de acordo com o que aponta o supracitado autor, nas mais diferentes esferas sociais existia um espaço precário para o universo infantil, visto que a criança não era observada como um ser ainda em desenvolvimento, com particularidades, necessidades e atributos próprios e inerentes à sua idade, e sim, enquanto miniatura de um indivíduo adulto, embrenhando-se na vida adulta assim que conseguissem a capacidade de caminhar e comunicar-se por palavras articuladas. Em suas explorações, o estudioso ainda reconheceu que: “[...] a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade [...]” (ARIÉS, 1981, p. 10).

Para Haddad (1991), se em um dado momento a oferta de estímulos se dava com preceitos de desenvolvimento biológico e físico, oferecidos sobretudo pelas “amas de leite”, com o surgimento institucional da educação para a criança pequena, esse panorama pouco se alterou, considerando-se que as creches iniciais “eram meros depósitos de crianças, pois não existia preocupação nenhuma com o desenvolvimento integral das mesmas”. (p.12).

A começar da década de 1950, o discurso psicológico surge apropriadamente nas creches, com entendimento e cuidados quanto a integridade da criança, com seu desenvolvimento e ritmo, este fato fez da creche mais que um simples um espaço destinado a abrigo e guarda para as crianças pequenas, mas do mesmo modo um ambiente educacional de incremento de estímulos para expandir e desenvolver de forma gradual e contínua, as capacidades cognitivas, sociais e motoras das crianças, fomentando dessa forma, seu pleno desenvolvimento.

De acordo com Piaget (1994), o desenvolvimento da criança segue determinadas fases, que a possibilitam progredir desde os conceitos elementares aos mais complexos, em conformidade com o seu estágio de amadurecimento. São estas: a fase Sensório-Motor (0 aos 2 anos de idade), a fase Pré-Operatória (2 aos 7 anos de idade), a fase Operatório-Concreta (7 aos 11 anos de idade) e finalmente a fase Operatório-Formal (a partir dos 11 anos de idade).

O primeiro estágio é o Sensório-Motor, que na maioria das vezes acontece entre zero até aos dois anos de idade, nesta ocasião por meio dos sentidos e interagindo com os objetos a criança descobre o universo a sua volta. Nesta fase de desenvolvimento, as iniciativas da criança acontecem através de reflexos, isto é, em tese não são propositadas.

O segundo estágio é o Pré-Operatório, que ocorre comumente dos dois até aos sete anos de idade, este é a fase em que a criança dá início à sua vivência pré-escolar. Nesta etapa surge e avoluma-se a evolução da linguagem e da representação simbólica, na qual por exemplo na idealização da criança, objetos passam a ser imaginados como se fossem: pessoas, animais, criaturas e seres encantados, entre outros. Ao mesmo tempo é a época do egocentrismo, no qual a criança espera ser o cerne das atenções. Nesta fase a criança ainda começa a tomar noções de tempo e de espaço, revelando muita curiosidade.

O Operatório-Concreto é o terceiro estágio, em geral vai dos sete e os onze anos de idade, etapa essa na qual que a criança tem desenvoltura para trabalhar com a lógica e procurar soluções através do real, não sendo ainda capaz de solucionar dificuldades abstratas. Esta fase marca a passagem da infância para a adolescência.

Por fim, o quarto estágio é o Operatório-Formal, que comumente ocorre em meio aos onze e os quinze anos de idade, no qual a maior parte das crianças através da lógica, soluciona seus problemas, estando sujeito nesta etapa de um meio que se mostre estimulador, do mesmo modo desenvolve suas capacidades sendo capaz de solucionar operações intelectuais, podendo descobrir múltiplas alternativas para dar solução a um problema.

De forma geral, todos os pessoas transcorrem por esses quatro estágios seguindo o mesmo encadeamento, o que pode alterar-se de um pessoa para outra, é o ciclo de início e/ou encerramento de cada um, em consequência da estimulação adquirida no processo de experimentação e assimilação das mesmas.

Este impulso vai originar-se tanto em seu engajamento social, como na família e também de suas vivências na escola.

Nesse contexto, tendo em vista o seu desenvolvimento, cada etapa pela qual passa a criança é essencial. Por esse motivo, se faz importante que ela possua tempo para desfrutar todas elas, desfrutando de estímulos apropriados e favoráveis podendo fazer avançar sua individualidade e uma personalidade adequada.

Cada idade tem, em si mesma, a identidade própria, que exige uma educação própria, uma realização própria, enquanto idade e não enquanto preparo para outra idade. Cada fase da idade tem sua identidade própria, suas finalidades próprias, tem que ser vivida na totalidade dela mesma e não submetida a futuras vivências que muitas vezes não chegam. (ARROYO, 1994 apud SCIAVO e RIBÓ, 2007, p.03).

Sob esse ponto de vista, instruir e apurar uma criança demanda do adulto a noção das diferentes fases inerentes ao desenvolvimento infantil, para proporcionar-lhes uma adequada estimulação, seja através de brinquedos, brincadeiras, conversações, ensinamentos ou vivências diversificadas.

Consistindo em a Educação Infantil segundo a LDB.9394/96, a primeira etapa da Educação Básica, é essencial proporcionar as crianças estímulos adequados e

correspondentes a seu amplo desenvolvimento cognitivo, físico, emocional, sensorial e psicológico.

A educação psicomotora deve ser enfatizada e iniciada na escola primária. Ela condiciona todos os aprendizados pré escolares e escolares; leva a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, a dominar o tempo, a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos, ao mesmo tempo em que desenvolve a inteligência. Deve ser praticada desde a mais tenra idade, conduzida com perseverança, permite prevenir inaptações, difíceis de corrigir quando já estruturadas. (LE BOULCH, 1984, p. 24).

Para se desenvolver de forma integral, a criança carece de um espaço estimulante e fomentador no qual haja a possibilidade de vivenciar diferentes saberes e experiências, com conveniência para ouvir e ser escutada, assistir, rir, sentir, indagar, investigar, brincar, empreender e se divertir, entre outros.

2.3 A PSICOMOTRICIDADE COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO

A psicomotricidade se manifesta de maneira que venha a suscitar e/ou fomentar práticas e vivências que busquem a integração das crianças, ao ambiente no qual essa está situada, desenvolvendo nesta diferentes formas de interação e a conduzindo a expandir seus conhecimentos, se denotando como fundamento elementar e constitucional para sua aprendizagem e, conseqüente desenvolvimento.

De acordo com Rossi (2012, p.2) “a psicomotricidade está presente em todas as atividades que desenvolvem a motricidade das crianças, contribuindo para o conhecimento e o domínio de seu próprio corpo”.

Segundo o autor, nesse desdobramento se observa o desenvolvimento das particularidades da psicomotricidade constituindo-se como via estimulante que conduz à promoção e enriquecimento de aspectos fundamentais na composição da aprendizagem na criança, tais como: orientação temporal, estruturação espacial, esquema corporal e lateralidade.

Ainda conforme o autor, “o desenvolvimento psicomotor evolui do geral para o específico. No decorrer do processo de aprendizagem, os elementos básicos da psicomotricidade” (ROSSI, 2012, p.2).

A ausência ou deficiência na oferta de algum desses elementos fundamentais resultam em inúmeros prejuízos e limitações a serem suplantados pela criança em sua aprendizagem.

A criança em que apresenta o desenvolvimento psicomotor mal constituído poderá apresentar problemas na escrita, na leitura, na direção gráfica, na distinção de letras, na ordenação de sílabas, no pensamento abstrato e lógico, na análise gramatical, entre outras. (ROSSI, 2012, p.2)

Sob essa perspectiva, a psicomotricidade tem em vista o desenvolvimento da criança, buscando por meio de suas ações, integrá-la a aspectos sociais, de inserção, compreensão e admissão da criança com o ambiente no qual está se situa, realçando a relação de cordialidade, sobretudo entre colegas.

Conforme Colevati, Pinho e Sorroche (2009, p. 13) “A psicomotricidade quer destacar a relação existente entre motricidade, mente e a afetividade assim como a abordagem global da criança e o mundo externo”. Ela concatena o aspecto comunicativo, oferecendo ao indivíduo o domínio do mesmo, com finalidade de apurar e aprimorar seu equilíbrio, e estimulando na criança sua criatividade e desenvoltura na exposição de suas opiniões.

Nesse contexto, ainda segundo os estudiosos: “o desenvolvimento psicomotor ocorre em conjunto com os aspectos motor, intelectual, emocional e expressivo, objetivando assim a formação de um indivíduo comunicativo, criativo e operativo” (COLEVATI; PINHO; SORROCHE, 2009, p. 16).

Nesse sentido, deduz-se que com um desenvolvimento psicomotor adequado, no decorrer de sua vida escolar uma criança apresentará maior desenvoltura e recursos diante de suas dificuldades não apenas escolares, mas também em linhas gerais, como adequação ao ambiente e círculo social nos quais está inserida, sociabilização, com atos, condutas e posicionamentos relacionais com os outros, revelando seus anseios, eficiências e necessidades. “A psicomotricidade relacional possibilita à criança expressar suas dificuldades relacionais e ajuda a superá-las” (COLEVATI; PINHO; SORROCHE, 2009, P. 18).

2.3.1 A Psicomotricidade na educação infantil

A psicomotricidade está diametralmente tangenciada aos movimentos em suas correlações com as capacidades cognitivas, afetivas e sociais do ser humano. Para Otoni (2007, p. 1) “a Sociedade Brasileira de Psicomotricidade a conceitua como sendo uma ciência que estuda o homem através do seu movimento nas diversas relações, tendo como objeto de estudo o corpo e a sua expressão dinâmica”.

A educação psicomotora abrange algumas metas, sendo elas: a aquisição do domínio corporal, definindo a lateralidade, a orientação espacial, desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio e a flexibilidade; controle da inibição voluntária, melhorando, o nível de abstração, concentração, reconhecimento dos objetos através dos sentidos (auditivo, visual, etc.), desenvolvimento sócio afetivo, reforçando atitudes de lealdade, companheirismo solidariedade. (ROSSI, 2012, p. 8)

Adquirindo uma integração entre corpo e movimento, a psicomotricidade favorece o desenvolvimento de diferentes aspectos, tendo seus propósitos a serem alcançados, Otoni (2007, p.1) assevera: “A Psicomotricidade se dá a partir da articulação movimento/ corpo/ A medos, alegrias, tristezas... – a criança estrutura suas marcas, buscando qualificar seus afetos e elaborar as suas ideias. Vai constituindo-se como pessoa”.

Em todos os estágios da vida, a psicomotricidade é capaz de oferecer cooperação na motilidade do indivíduo.

O objetivo central da educação pelo movimento é contribuir para o desenvolvimento psicomotor da criança, da qual depende, ao mesmo tempo, a evolução de sua personalidade e o sucesso escolar (LE BOULCH, 1984, p. 24).

Corroborando, conforme Jobim e Assis (2003, p. 1) “Psicomotricidade contribui de maneira expressiva para a formação e estruturação do esquema corporal e tem como objetivo principal incentivar a prática do movimento em todas as etapas da vida”.

Com base nas práticas e nas ações executadas, se reconhece uma evolução nas realizações das mesmas. Desse modo, na criança sem a exercitação e a prática não existirá desenvolvimento motor.

De maneira especial em todas as suas atividades cotidianas, a psicomotricidade se mostra presente nas vivências da criança.

A educação psicomotora pode ser vista como preventiva, na medida em que dá condições à criança desenvolver melhor em seu ambiente. É vista também como reeducativa quando trata de indivíduos que apresentam desde o mais leve retardo motor até problemas mais sérios. É um meio de imprevisíveis recursos para combater a inadaptação escolar (FONSECA, 1995, p. 10).

De acordo com Rossi (2012, p. 2) “a psicomotricidade está presente em todas as atividades que desenvolvem a motricidade das crianças, contribuindo para o conhecimento e o domínio de seu próprio corpo”.

Rossi (2012, p.2) nessa direção, ressalta que:

No decorrer do processo de aprendizagem, os elementos básicos da psicomotricidade (esquema corporal, estruturação espacial, lateralidade, orientação temporal e pré-escrita) são utilizados com frequência, sendo importantes para que a criança associe noções de tempo e espaço, conceitos, ideias, enfim adquira conhecimentos.

Nesse sentido, segundo o autor, o desenvolvimento infantil acontece do geral para a especificidade das habilidades motoras características, apresentando como seus principais elementos, aqueles que desenvolverão ao longo do processo.

A psicomotricidade apresenta uma integração muito intensa entre o psíquico e o motor.

Segundo Jobim e Assis (2003, p. 3) “O conceito de psicomotricidade ganhou assim uma expressão significativa, uma vez que traduz a solidariedade profunda e original entre a atividade psíquica e a atividade motora”.

Por meio da psicomotricidade a criança ampliará sua capacidade de perceber e entender seu próprio corpo, e desse modo, como agir e se manifestar com o mesmo.

De acordo com Rossi (2012, p. 2) “a abordagem da psicomotricidade irá permitir a compreensão da forma como a criança toma consciência do seu corpo e das possibilidades de se expressar por meio dele, localizando-se no tempo e no espaço”.

Nesse contexto, buscando expandir suas capacidades motoras, afetivas e psicológicas o trabalho psicomotor com a criança mostra-se como constitutivo, devendo ser este lidado, sobretudo por meio da ludicidade dos jogos, dos brinquedos, das brincadeiras e das interações.

Acerca dessa percepção Rossi (2012, p. 2) alega:

O trabalho da educação psicomotora com as crianças deve prever a formação de base indispensável em seu desenvolvimento motor, afetivo e psicológico, dando oportunidade para que por meio de jogos, de atividades lúdicas, se conscientize sobre seu corpo.

Superior a todos os aspectos explicitados desenvolvidos pela educação psicomotora, ela apresenta uma finalidade específica para cada um destes, que é desenvolver de forma conveniente os mesmos na criança, desse modo apresenta sua significância de ser lidada na escola, especialmente nas séries iniciais nas quais a criança carece aprender as capacidades imprescindíveis

Sob essa perspectiva Negine (1995 apud Rossi, 2012, p. 7) certifica:

A educação psicomotora é uma técnica, que através de exercícios e jogos adequados a cada faixa etária leva a criança ao desenvolvimento global de ser. Devendo estimular, de tal forma, toda uma atitude relacionada ao corpo, respeitando as diferenças individuais (o ser é único, diferenciado e especial) e levando a autonomia do indivíduo como lugar de percepção, expressão e criação em todo seu potencial.

Por fim, ainda é relevante ressaltar que a psicomotricidade subsidia e coopera na assimilação das disciplinas escolares. Corroborando a esse respeito, Rossi (2012, p.7) realça: “através de várias pesquisas, estudiosos do assunto acreditam que a psicomotricidade auxilia e capacita melhor o aluno para uma melhor assimilação das aprendizagens escolares”.

2.4 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CONCEITO

Diferentes narrativas e contos relativos ao folclore, surgiram no começo do século XX, subjetivamente associados ao autismo em virtude das especificidades das crianças então denominadas “crianças fadas”, essas fábulas de fadas sugestionavam que as crianças em sua maior parte referindo-se a meninos eram trocadas por outras rigorosamente iguais, porém que apresentavam uma personalidade completamente discrepante e agressiva sem manifestar qualquer tipo de afeto (KANNER, 1943 apud SCHWARTZMAN e ARAÚJO, 2011).

Segundo Gauderer (1985) somente a partir do ano de 1938, o doutor Leo Kanner deu origem a um artigo acerca do autismo infantil.

[...] nesse artigo Kanner descreve 11 crianças de idades variando de 2 anos e 4 meses a 11 anos, sendo 8 meninos e 3 meninas. Ele finaliza: “ (...) Mesmo uma revisão rápida do material faz com que a emergência de um certo número de características essenciais comuns seja inevitável. Essas características formam uma síndrome única, não

reportada até o momento, que parece ser suficientemente rara, embora seja provavelmente mais frequente do que seja indicado pela paucidade de casos observados. “É bem possível que tais crianças tenham sido vistas como retardadas ou esquizofrênicas. (KANNER, 1943 apud SCHWARTZMAN; ARAÚJO, 2011, p. 22 e 23).

Diferentes explorações foram realizadas e por um período o autismo foi observado como uma esquizofrenia e uma forma de psicose, contudo acabaram por deduzir que estas são totalmente distintas e classificaram o autismo como um distúrbio permanente do desenvolvimento pertinente a déficits de cognição (KANNER, 1943 apud GAUDERER, 1985).

Kanner então denominou de ‘autismo’ terminologia que possui gênese Grega e que quer dizer ‘si mesmo’, após um descobrimento ao atentar para crianças com o transtorno, com idades entre 5 e 6 anos compreendeu que elas possuem a visão extremamente para dentro de si própria (KANNER, 1943 apud SCHWARTZMAN e ARAÚJO, 2011).

Documentos científicos e pesquisas produzidos pela Board of Directors of The National Society For Autiste Children, entenderam que o autismo é determinado por distúrbios incapacitantes físicos cerebrais e determinadas crianças lidam com graves perdas no sistema central, seus indícios passam a existir nos três primeiros anos de vida, sendo mais frequente em meninos e acomete em indivíduos de qualquer etnia ou raça, comprometendo a comunicação e a interação social, perturbando as capacidades orais e não orais. Sendo classificada uma deficiência cognitiva na qual o desenvolvimento é anômalo, mas a feição mostra-se normal (KANNER, 1943 apud GAUDERER, 1985).

As ocorrências de pacientes com diagnóstico de autismo continuamente representam dificuldades desafiadoras na vida de suas famílias e do mesmo modo na equipe de profissionais que devem apresentar as intervenções relevantes para o tratamento.

Podendo manifestar bloqueios cognitivos e atrasos no desenvolvimento, intelecto, raciocínio e fala. O atraso mental pode ser comedido ou severo acarretando diferentes formas de procedimentos (VATAVUK, 1996; NILSSON, 2003).

Nesse sentido, o Transtorno do Espectro Autista ainda exhibe outras dificuldades relacionadas, a criança com Transtorno do Espectro Autista ainda pode apresentar alterações motoras como na incidência do TDC (Transtornos do Desenvolvimento da Coordenação) que prejudica não somente na escrita, mas em outras atividades como correr, brincar ou alguma outra que careça de planejamento motor (BRITES, 2016).

Na atualidade o autismo está se mostrando mais conhecido em virtude da ampliação de casos e é classificado como um transtorno do desenvolvimento neurológico ocasionando prejuízos na interação social, comunicação do indivíduo (SCHWARTZMAN e ARAÚJO, 2011).

2.4.1 O transtorno do espectro autista e o desenvolvimento

Têm alguns aspectos que podem causar dificuldade na aprendizagem, distúrbios emocionais, dislexia e hiperatividade e ainda alguns transtornos e/ou síndromes invasivas que em alto grau bloqueiam o processo de aprendizagem.

Compreende-se que na vida da criança, conforme a amplitude preenchida pela síndrome, o auxílio de especialistas precisa ser permanente, a assistência do profissional é indispensável para que de forma gradual e efetiva, sejam capazes de ocorrer desenvolvimentos e melhorias na vida do autista.

A psicomotricidade é uma área que abrange a integração do desenvolvimento de capacidades motoras agregadas aos aspectos cognitivos e emocionais, com o propósito de aperfeiçoar e apurar as manifestações coordenadas dos movimentos da pessoa autista ao longo de uma atividade ou uma tarefa em sequência, e a assistência da psicomotricidade possui o papel de com base em suas próprias ações, incitar e impulsionar o conhecimento de si próprio nas crianças, sugerindo aprendizagem de novas práticas e capacidades, deste modo determinando um melhoramento na qualidade de vida dessa criança e de sua família (NEGRINE, MACHADO 1999).

Ainda segundo os autores, a finalidade deve estar em assessorar a criança a exprimir seus anseios e desejos buscando maturidade, percebendo que o processo de aquisição do conhecimento, ocorre inicialmente dentro dela, a criança deve intuir, sentir, conhecer, experimentar e refletir para que se expanda e suplante suas faculdades corporais e com o emprego da psicomotricidade elas possam evidenciar indicativos de autonomia.

A individualidade de cada pessoa tem por fundamento a ideia de esquema corporal, em outras palavras, a compreensão que é praticada do exterior, estabelecida por meio de outros esquemas relativos à existência e vivências, tais como os corporais, os posturais, os temporais e os periféricos (ONOFRE, 2004).

Ainda no mesmo sentido Wallon se realça por suas explorações no arrolamento entre a personalidade e a motricidade, no qual assegura que os sentimentos e afetos de cada sujeito influenciam as suas ações (FONSECA, 1998; SOUSA, 2007).

Assim sendo, toda a mediação psicomotora precisa tornar caro a função basilar, postural, sensorial e motora como questões elementares da construção mental, e a emoção como via de atuação em relação ao outro (FONSECA, 1998).

Uma vez que a Psicomotricidade propõe aprimorar ou corrigir o comportamento global do indivíduo, estendendo um trabalho permanente sobre capacidades motoras, perceptivo-motoras e neuromotora, possibilita no mesmo o entendimento acerca de seu próprio corpo, no qual inclui-se o enriquecimento do equilíbrio, das coordenações motoras global e fina e da construção espaço temporal. Nesse contexto, a atividade psicomotora é capaz de influenciar no corpo do sujeito com TEA, fazendo avançar o desenvolvimento da ação por meio de vários canais (SEIXAS, 2006).

Conforme Vidigal e Guapo (2003) as ações que a mediação psicomotora emprega na criança, cooperam e facilitam para sua mais perfeita adequação e adaptação ao meio, denotando um subsídio para a inserção da imagem corporal e atenuação das estereotípias, constituindo uma integração com o adulto.

Segundo Sánchez, a Psicomotricidade propõe e proporciona um contexto inestimável em estímulos em prol do desenvolvimento das mais diversas funcionalidades comunicativas, realizando um trabalho motivacional, de modo que a criança empregue essas funções comunicativas com o meio no qual está inserida. Com base na intervenção psicomotora existe a possibilidade de sistematicamente se estimular a realização de funções corriqueiras como a de auxiliar os colegas na coleta e guarda dos materiais e objetos que foram usados ao longo da aula, solidificando a comunicação entre estes. (LINARES e RODRÍGUEZ, 2003).

No ano de 1996 foi instituída a Lei nº 9.394/96 que ao definir: “Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Em outras palavras, sustenta e ampara a inserção de crianças com transtorno do espectro autista na rede de ensino regular fazendo avançar a interação social com outras crianças, com ou sem deficiência, buscando tornar a pessoa com algum tipo de deficiência, entre estas o TEA, a mais autônoma possível, credenciando-a a viver de forma igual e integrada, às demais crianças com as quais se relaciona (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, de acordo com Negrine e Machado (1999), o Tratamento e Educação de Crianças Autistas e Atrasos na Comunicação (TEACHH), denota uma abordagem com um encadeamento de adequações que irão influir na conduta e procedimentos integrais da criança, a contar das mais simples particularidades até as mais abrangedoras, um enfoque voltado para as instituições escolares, agentes educacionais e docentes de educação física no intercâmbio com crianças autistas. O docente de Educação física, deve saber agradar e entreter a turma, nutrindo uma conexão afirmativa e profícua com cada educando, concebendo ações significantes capazes de refinar suas capacidades motoras, sucessivamente com demonstrações e assessorando para que a criança com autismo assimile com naturalidade até realizar sozinha, valer-se de outros educandos como exemplo pode promover grandes acrescentamentos.

Desse modo, o professor deve ter conhecimento de todos as minúcias das capacidades dos autistas, os interesses e as habilidades de comunicação, de modo que a iniciativa psicomotora escolhida seja executada com prazer para o estabelecimento da obediência, motivação, autoestima, liberdade e desempenho autônomo, valendo-se de atividades para normalização das convivências sociais e não unicamente do aperfeiçoamento físico (LABANCA 2000; VATAVUK, 1996).

À vista disso, o ideal na abordagem psicomotora é a busca da simetria e sinergia entre esses dois formatos de intervenção, de forma a gerar um espaço lúdico, de exploração e aquisição sensório-motora, representações e de simbolismos, por intermédio dos movimentos e da estruturação tónica (MARTINS, 2001).

É habitual que a criança autista, de forma exacerbada ao introduzir-se na escola revele toda a sua inflexibilidade. Uma vez que, nessa nova vivência pode exibir diferentes reações podendo incidir movimentos cíclicos, choro recorrente, estíma elevada a determinados lugares da escola e insubordinação frente a determinações definidas pelos docentes. Por essa razão, é conveniente que essa inserção não seja tardiamente e que seja realizada sem remover a originalidade e espontaneidade do espaço estudantil. Considerando que essa inflexibilidade inicial, pode vir a se transformar em afeto a outras circunstâncias que do mesmo modo podem se tornar bastante impertinentes (BELISARIO JUNIOR; CUNHA, 2010).

Nesse cenário os professores têm que saber ensinar e, concomitantemente, distrair e divertir, mantendo uma relação positiva com cada aluno, pares de alunos e o grupo (HOLLERBUSCH, 2001, p. 83).

Práticas como pular, rolar, tocar, variando os lados ou as posições conduzem a que ela progressivamente consiga, compreender os alcances entre seu interior e seu exterior. Contudo, precisa-se ao mesmo tempo ser prudente quando inseridas as exercitações desportivas, visto que, quando utilizada sem os preceitos da inclusão, pode vir a tornar-se uma prática que não empreende a cooperação, produzindo nos educandos sensação de frustração.

Quando planejada e concebida a aula de educação física na direção das crianças com autismo, o espaço pode até ser aberto, contudo algumas prevenções se mostram consideráveis, tais como, evitar incitamentos auditivos ou visuais, de modo a não distrair o educando e, deste modo, este vir a perder a concentração e o interesse pela prática, empregar recursos a fim de que o aluno entenda o princípio e o término das atividades, para que possa executá-la com maior prazer e êxito e ao fim de cada realização, abrir um espaço para que este possa pôr em prática algo que julgue interessante (VATAVUK ,1996 apud MORAES, LUIZ, 2016).

Nesse contexto, a Educação Física pode ser empregada ainda como possibilidade terapêutica, para a inserção de certos procedimentos que possibilitem que a criança expanda sua autonomia, seja obtendo autossuficiência para sozinho escolher sua roupa e trajar-se, seja para assessorar o professor na arrumação da sala ao final da aula.

Para que o objetivo da psicomotricidade perante o autismo seja atingido, ou seja, para que se possa propiciar ao autista uma maneira confortável de viver no mundo e de ser eficiente, é preciso “dar” contorno ao seu corpo, fazendo com que ele possa ter a compreensão do que a ele pertence e do espaço, dos objetos e das pessoas que o cercam. É importante ressaltar que antes de iniciar qualquer tipo de trabalho, independente da queixa da criança, deve-se estabelecer um vínculo e um tipo de comunicação que irão permitir o desenvolvimento (COELHO, 2011, p22).

As vivências sensoriais e motoras, em conjunto com a relaxação, sugeridas pela psicomotricidade, evidenciam e impulsionam os limites do corpo, mal estabelecidos na criança com autismo (VILLARD 1984, APUD MOUSINHO, 2002).

Os indícios manifestados pelas crianças precisarão ser percebidos pelo docente, que, mais que observador, terá que estar em permanente busca da descoberta do olhar da criança autista, para que a começar deste momento, sejam gerados novos canais de contato. Por meio deste olhar, este compreenderá o que satisfaz e o que desassossega o autista, ou ainda o que parece mostrar-se insignificante, apesar de ser uma extraordinária via de estabelecimento de vínculo (COELHO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo observou-se a significância e relevância da psicomotricidade na educação infantil como uma exercitação não exclusivamente introdutória da aprendizagem, no entanto como recurso e mecanismo do fortalecimento da criança na qualidade de sujeito, operando no sentido de possibilitar-lhe a estruturação de sua completude corporal, a asseveração de sua identidade e a aquisição de sua independência intelectual, social e afetiva.

Considera-se que a psicomotricidade convém e adequa-se como instrumental para todas as esferas de estudo direcionada para a conformação intelectual, motora, afetiva e social do ser, compreendendo-se que o indivíduo é um ser dinâmico capacitado para cada vez mais se reconhecer e se adequar às mais distintas conjunturas e meios.

Infere-se que a psicomotricidade, por mostrar-se constitutiva, torna-se imprescindível ao processo educativo, no escopo de desenvolver nos educandos um enriquecimento psicomotor considerável e, concomitantemente, cooperar para uma elevação psicossocial e o êxito acadêmico da mesma.

Percebeu-se que a Psicomotricidade participa de forma significativa para a instauração e ordenamento do esquema corporal, e procura incitar e estimular a vivência do movimento em todas as fases da existência infantil, sobretudo em crianças autistas, objetos de nosso estudo. Através dessas práticas as crianças, além de se distrair, criam, divertem-se, interpretam, sentem prazer e harmoniosamente convivem com o mundo no qual se situam.

Dessa forma, mostra-se a importância de o docente ter conhecimento das atribuições psicomotoras e seus subsídios para o desenvolvimento infantil, visto que sem o conhecimento dessas funções, o educador, poderá negligenciar fases importantes do desenvolvimento motor o que possivelmente poderá acarretar em problemas futuros as crianças.

Nesse contexto, o desenvolvimento dessa exploração nos possibilitou ainda considerar a valimento do docente de educação física no espaço educacional na formação dos autistas, o qual, por intermédio de uma prática profícua de atividades físicas age de modo a beneficiar a qualidade de vida e potencialidades das crianças com esse transtorno.

Concluimos ainda que se faz preciso a realização de mais explorações relativas ao assunto, de modo que os profissionais que atuam com essas crianças possam ter maiores diretrizes em seus planejamentos e, por consequência em

suas aulas, tornando possível um maior enriquecimento psicomotor de seus educandos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**, 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1981.

BETTI, M.; ZULIANI, R.L. Educação Física escolar uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Bauru – Sp, n um, p. 73-81, 2002. Disponível em: < editoras revistas. Mackenzie. Bar/index.php/remef/article/viewFile/.../1065>. Acesso em: 13 Ago. 2019.

CANFIELD, J. T. Aprendizagem de habilidades motoras oque muda com a pratica. **Rev. paul. Educ. Fís.**, São Paulo, supl.3, p.72-78, 2000. Disponível em: < simonemedrado-educacaoofisica. blogspot.com/p/artigos-e-livros-interessa...>. Acesso em: 03 ago 2019.

FONSECA, V. da. **Manual de Observação Psicomotora**: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. Porto Alegre: Artmed, 1995.

Manual de Observações Psicomotoras: Significação Psiconeurológica dos Fatores Psicomotores. Porto Alegre: Artes médicas, 1988.

GALLAHUE, D. L; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2001.

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jacqueline D. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor**: Bebês, Crianças, Adolescentes e adultos. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

GAUDERER, E. Christian. **AUTISMO Década de 80**. São Paulo: Sarvier, 1985.

HADDAD, L. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

JOBIM, A. P.; ASSIS, A. E. S. **Psicomotricidade**: Histórico e Conceitos. Disponível em <<http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2008/artigos/edfis/358.pdf>> acesso 09 Set.2019.

LE BOULCH, J. A. **Educação Psicomotora**:Psicocinética na Idade Escolar. Tradução: WOLF, Jeni. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

LE BOULCH, J. **O Desenvolvimento Psicomotor**: do nascimento até os 6 anos. Tradução de Ana GuardrolaBrizolara. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

NEGRINE, A. **Manual de Observação Psicomotora**: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. Porto Alegre: Artmed, 1986.

NEGRINE, Airton; SALAZAR MACHADO, Mara Lúcia **. **A terapia da criança autista: Uma abordagem pela via corporal.** 1999. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/user/Downloads/77403-320994-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 Ago. 2019.

PIAGET, J. **A formação de símbolo na criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PIAGET, J. **Introdução as teorias de Jean Piaget.** 12 de maio de 2012. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/anadilce/introduo-as-teorias-de-jean-piaget>>. Acesso em: 04 out. 2019.

PIAGET, J. **Não deixe de verificar quais as ideias deixadas por Jean Piaget e sua importância para entender o desenvolvimento humano:** teorias Jean Piaget. 2017. Disponível em: <<http://blog.maxieduca.com.br/teorias-/>>. Acesso em: 06 out. 2019.

ROSSI, F. S. **Considerações sobre a Psicomotricidade na Educação Infantil.** Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas. Nº 01 – Ano I – 05/2012. Disponível em <<http://www.ufvjm.edu.br/site/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-a-Psicomotricidade-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Infantil.pdf>> acesso 13 Ago.2019.

SCHWARTZMAN, J. S.; ARAUJO, C. A. **Transtorno do Espectro do Autismo.** São Paulo: Memnon, 2011.

TEIXEIRA, Hélio. **Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Jean Piaget:** História.8/12/2015. Disponível em: <<http://www.helioteixeira.org/ciencias-da-aprendizagem/teoria-do-desenvolvimento-cognitivo-de-jean-piaget/>>. Acesso em: 05 out. 2019.